



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

TÂNIA MARIA DA ROSA DUARTE

**DESEMPREGO FEMININO:
A EXPERIÊNCIA DE MULHERES À PROCURA DE EMPREGO EM PORTO
ALEGRE**

**PORTO ALEGRE
2019**

TÂNIA MARIA DA ROSA DUARTE

DESEMPREGO FEMININO:
EXPERIÊNCIA DE MULHERES À PROCURA DE EMPREGO EM PORTO ALEGRE

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Sandro Rudit Garcia.

PORTO ALEGRE

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Duarte, Tânia Maria da Rosa
Desemprego feminino: experiência de mulheres à
procura de emprego em Porto Alegre / Tânia Maria da
Rosa Duarte. -- 2019.
49 f.
Orientador: Sandro Rudit Garcia.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas, Bacharelado em
Ciências Sociais, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Desemprego. 2. Mulheres. 3. Experiência
produtiva e subjetiva. I. Garcia, Sandro Rudit,
orient. II. Título.

TÂNIA MARIA DA ROSA DUARTE

DESEMPREGO FEMININO:
EXPERIÊNCIA DE MULHERES À PROCURA DE EMPREGO EM PORTO ALEGRE

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Data de aprovação: 08/01/2020

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Sandro Ruduit Garcia (Orientador)
Departamento de Sociologia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof.^a Dr.^a Jussara Reis Prá
Departamento de Ciências Política
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Ms. Rodrigo Campos Dilélio
Departamento de Sociologia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Prof. Dr. Sandro Ruduit Garcia pela compreensão nos prazos, a paciência e principalmente por ter aceitado estar ao meu lado nesse último desafio acadêmico como orientador do trabalho de conclusão do curso.

Agradeço imensamente à Prof.^a Dr.^a Jussara Reis Prá, pelos ensinamentos proferidos em nossas conversas e no Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero (NIEM), em cujas reuniões semanais participei por um período.

Também agradeço à professora Máira Baumgarten e à editora-gerente Regina Vargas, pela oportunidade da bolsa de iniciação científica na Revista Sociologias.

Agradeço à Prof.^a Dr.^a Cornélia Eckert – carinhosamente conhecida como Chica –pelos ensinamentos e amizade.

Agradeço aos meus filhos Rodrigo e Gabrielle, e à minha irmã Elizabeth, por estarem ao meu lado nesse caminho de estudos. Meu agradecimento também a todos os colegas que se tornaram amigos ao longo dessa jornada.

Gratidão!

RESUMO

Este estudo se debruça sobre o desemprego feminino, propondo-se a conhecer e analisar alguns aspectos relativos ao modo como as mulheres que procuram emprego em Porto Alegre enfrentam esse fenômeno. Desse prisma, o objetivo central é analisar os efeitos do desemprego entre mulheres na sua experiência produtiva e subjetiva, mediante a investigação do que ocorre entre elas em busca de emprego em uma agência do Sistema Nacional de Emprego (Sine). A metodologia utilizada foi a de entrevistas semiestruturadas abertas, gravadas e transcritas. Também foram coletadas informações sobre desemprego em fontes documentais e estatísticas. Os resultados dessa pesquisa apontam que as mulheres tendem a criar outras formas de inserção econômica num mundo em crise, a partir de redes de relações sociais.

Palavras-chave: Desemprego. Mulheres. Experiência produtiva e subjetiva.

ABSTRACT

This study focuses on female unemployment, proposing to know and analyze some aspects related to the way women seeking employment in Porto Alegre face this phenomenon. From this point of view, the central objective is to analyze the effects of unemployment among women in their productive and subjective experience, by investigating what occurs among them in search of employment in an agency of the National Employment System (SINE). The methodology used was open, recorded and transcribed semi-structured interviews. Information on unemployment was also collected from documentary and statistical sources. The results of this research indicate that women tend to create other forms of economic insertion in a world in crisis, based on social networks.

Keywords: Unemployment. Women. Productive and subjective experience.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Taxa de desocupação no Rio Grande do Sul.....	30
Figura 2 – Distribuição desocupados por sexo e nível de instrução no RS.....	30
Figura 3 – Taxa de desocupação das mulheres por nível de instrução no Rio Grande do Sul	31
Figura 4 – Distribuição de pessoas desocupadas por idade, 2º trimestre 2019.....	31
Figura 5 – Distribuição percentual de pessoas desocupadas por sexo, 2º trimestre 2019.....	32
Figura 6 – Rendimento médio mensal, por sexo, 2º trimestre 2019.....	32
Figura 7 – Taxa de desocupação.....	34

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dimensões, Indicadores e Técnicas de Pesquisa.....	13
Tabela 2 - Indicadores Trabalho Doméstico.....	25
Tabela 3 – Taxa de Desemprego no Brasil.....	29
Tabela 4 – Perfil sócio econômico das entrevistadas.....	35
Tabela 5 – Características da situação de desemprego das entrevistadas.....	37
Tabela 6 – Experiência produtiva.....	39
Tabela 7 – Experiência subjetiva.....	41

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	DESEMPREGO E EXPERIÊNCIA DE GÊNERO	15
2.1	Emprego e desemprego	15
2.2	Experiência produtiva e subjetiva entre mulheres: conceitos e debates	19
3	SITUAÇÃO DE DESEMPREGO	28
3.1	Visão geral do desemprego	28
3.2	A pesquisa empírica no SINE: mulheres entrevistadas	34
3.2.1	<i>Situação de desemprego das entrevistadas</i>	36
4	EXPERIÊNCIAS DAS ENTREVISTADAS	38
4.1	Experiência produtiva e subjetiva entre mulheres: relatos	38
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46

1 INTRODUÇÃO

Este estudo está focado no desemprego feminino, propondo-se a compreender quais os efeitos dessa situação na experiência produtiva e subjetiva das mulheres que procuram emprego em Porto Alegre.

Diferentes estudiosos têm alertado que a realidade do desemprego, que atinge milhares de indivíduos no nosso país, revela a crise do trabalho assalariado e o aumento da informalidade nas relações produtivas (CATTANI, 1996; CASTRO; DEDECCA, 1998; DUPAS, 1999; CARDOSO, 2000). Verifica-se também que, sem trabalho, a vida diária é marcada pela imobilidade. Quanto mais tempo disponível, menos se faz (CATTANI, 1996).

O assalariamento é considerado a forma típica das relações de trabalho nas sociedades capitalistas, depois da Segunda Guerra Mundial. O trabalho assalariado tornou-se fonte de garantia dos trabalhadores, possibilitando preparar suas vidas, delinearem seu futuro, com expectativas de ascensão social para sua família. Essa segurança surgiu através de um Estado provedor de serviços e de direitos trabalhistas que garantiram aos trabalhadores obter ganhos no confronto com o empresariado. Embora existam outras modalidades de trabalho (independente, familiar, comunitário), o epicentro dos mecanismos econômicos, das experiências e das construções sociais é a relação assalariada: forma contratual de compra e venda da força de trabalho (CATTANI, 1996).

No caso do Brasil, o empregado com carteira assinada tem garantias como registro na carteira do trabalho, pagamento do salário até o quinto dia útil do mês, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Férias, Seguro Desemprego e Previdência Social, favorecendo sua inserção e proteção social.

No Brasil, atualmente, o número de trabalhadores com carteira assinada vem diminuindo gradativamente e surge com isso o aumento de desempregados. O crescimento do desemprego e seus efeitos são preocupações que atingem a maioria da população economicamente ativa brasileira. O conceito de População Economicamente Ativa (PEA) é definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como a mão de obra com a qual o setor produtivo pode contar, ou seja, é o número de habitantes em idade e condições físicas para exercer algum ofício no mercado de trabalho.

Nessa conceituação, a População Economicamente Ativa envolve aquilo que o IBGE classifica como “população ocupada” e “população desocupada”. O primeiro termo refere-se aos que têm algum emprego em um período de referência, sendo esse trabalho remunerado, não remunerado, por conta própria ou como um empregador. Já o segundo termo refere-se ao grupo de pessoas que não possuem emprego e que estão aptas a trabalhar, tendo realizado algum mínimo esforço para tal.

Dessa forma, em uma definição mais simples, costuma-se dizer que a PEA é a população empregada ou que possui condições de trabalhar e que realiza algum esforço para isso. Logo, a População Não Economicamente Ativa refere-se às pessoas não classificadas como ocupadas e desocupadas, isto é, aquelas que não possuem idade, interesse ou condições de exercer algum ofício. Em termos operacionais, considera-se desempregado aquele trabalhador que está à procura de novo emprego.

O desemprego das mulheres abarca como fenômeno social uma característica peculiar inserida culturalmente na nossa sociedade patriarcal. Ou seja, na hora da demissão ou contratação com vínculos empregatícios, o empregador leva em conta alguns aspectos do gênero feminino, como a gravidez, o cuidado com a família e os filhos, ofertando mais oportunidades ao homem que culturalmente é considerado o provedor da família¹. A mulher é vista como trabalhadora do lar (privado)² e, no caso de um trabalho fora de casa, a sua renda é considerada como complementar, sendo frequentemente a primeira a ser demitida (PERROT, 2005; SAFFIOTI, 1976).

Por outro lado, de acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres chefiavam, em 2010, 38,7% dos 57,3 milhões de domicílios particulares. As dificuldades tendem a se agravar, uma vez que, como afirma Cattani (1996, p. 73), “a mulher trabalhadora é afligida normalmente pela dupla jornada de trabalho, mas, ficando desempregada, em vez de ampliar, ela reduz o tempo anteriormente dedicado às tarefas domésticas”. Isso

¹ Ao analisar a inserção da mulher no mundo do trabalho capitalista, Heleieth Saffiot (1976) enfatiza o elemento ideológico para regular, segundo as necessidades do aparato reprodutivo, o grau e a qualidade da absorção da força de trabalho feminina por parte do aparato.

² Michelle Perrot (2005) definiu o espaço público político para os homens e o privado, a casa e o coração para as mulheres. Deste modo, os lugares das mulheres nos espaços públicos foram sempre problemáticos, porque a mulher foi criada para a família e para as coisas domésticas. Sua vocação é ser mãe dona de casa, e, deste modo, ela será benéfica para a sociedade inteira.

acontece porque, ao se tornarem desempregadas, tendem a se sentir menos úteis e socialmente reconhecidas.

A partir dessas problemáticas, o presente estudo tem como objetivo central compreender quais os efeitos da situação de desemprego na experiência produtiva e subjetiva das mulheres, principalmente a partir de sua busca por emprego em uma agência do Sistema Nacional de Emprego (SINE)³, na cidade de Porto Alegre.

Para tanto, procuramos identificar alguns aspectos mais específicos entre mulheres à procura de emprego no SINE Porto Alegre:

- a) Que características têm as suas situações de desemprego? Tem longa ou curta duração? Qual o tempo do desemprego? Quais as razões da última demissão?
- b) Que atividades econômicas realizam nesse período de desemprego? São atividades remuneradas ou não-remuneradas?
- c) Como percebem sua situação de desemprego? Como avaliam as chances de novo emprego? Estão em busca de qualificação? Estão em busca de vínculos sociais?

Tais questões são organizadas no Quadro 1, que expressa nosso modelo de análise:

³ O Sistema Nacional de Emprego (SINE) é um órgão ligado à Secretaria Estadual de Trabalho e Assistência Social (SETAS), comumente associado a um lugar no qual as pessoas procuram vagas de emprego e colocações no mercado de trabalho.

Tabela 1 – Dimensões, Indicadores e Técnicas de Pesquisa

DIMENSÃO DE ANÁLISE	INDICADORES	TÉCNICAS
Situação de desemprego	<ul style="list-style-type: none"> • Atividades e demissões anteriores; • circunstâncias e tempo da demissão; • curta ou longa duração. 	<ul style="list-style-type: none"> • Dados secundários; • entrevistas semiestruturadas; • análise de conteúdo.
Experiência produtiva e subjetiva	<ul style="list-style-type: none"> • Atividade remunerada – formal episódica, conta própria, autônoma informal; • atividades não remuneradas; • cuidados pessoais, domésticos, e colaborativos; • percepção de inferioridade social: avaliação das chances de alcançar emprego digno; • percepção de impotência social: planos e projetos; • fechamento do ator social – busca por qualificação, trabalho, associação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Entrevistas semiestruturadas; • análise de conteúdo.

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Utilizou-se como técnica de coleta de dados a entrevista semiestruturada aberta. As interlocutoras são mulheres em situação de desemprego na agência estatal do Sistema Nacional de Emprego em Porto Alegre. A agência está situada no centro da capital gaúcha, e é responsável pela intermediação da mão-de-obra para empresas. Foram realizadas várias inserções de campo ao longo do estudo, assim como entrevistou-se quatro mulheres em situação de desemprego que buscavam recolocação profissional como assalariadas. O período da inserção de campo foi de setembro a novembro de 2019. Os critérios escolhidos para abordar as

entrevistadas foram: faixa etária, escolaridade, etnia e gênero. A pesquisadora considerou a disponibilidade das mulheres em responder à entrevista e o esforço de variação no perfil das desempregadas. O roteiro de entrevistas teve três blocos de perguntas, observando os indicadores propostos no modelo de análise apresentado anteriormente.

Todas as entrevistas foram pré-agendadas com as mulheres abordadas no SINE. Em seguida, houve uma breve apresentação do conteúdo da pesquisa e a garantia do sigilo da identidade. Todas as interlocutoras foram solícitas na abordagem e aceitaram responder as perguntas pré-determinadas. A média de tempo foi de 30 minutos e todas as entrevistas foram gravadas no celular e depois transcritas. Além das entrevistas, foram coletadas informações sobre desemprego em fontes documentais e estatísticas, como o *Boletim de Trabalho do RS*, elaborado pelo Departamento de Economia e Estatística (DEE/SEPLAG), e a *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua* (PNAD Contínua), conduzida pelo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O presente estudo baseou-se na bibliografia especializada sobre o tema que permitiu a construção do modelo de análise. As entrevistas foram analisadas pela técnica de análise qualitativa de conteúdo, mediante o modelo de análise antes mencionado.

A monografia está dividida em quatro capítulos: após a introdução, o capítulo sobre *Desemprego e experiência de gênero* visa interagir com os principais conceitos teóricos sobre trabalho, emprego/desemprego, e a experiência produtiva e subjetiva entre mulheres: conceitos e debates. O capítulo seguinte, intitulado *Situação de desemprego*, mostra dados coletados no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul, pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) e pelo Boletim de Trabalho do RS, elaborado pelo Departamento de Economia e Estatística. Nesse capítulo elaboramos também um quadro descritivo das entrevistas semiestruturadas realizadas, fruto dessa investigação. No capítulo posterior, relataremos as *Experiências das Entrevistadas* pelas suas biografias, percepções e falas; e a experiência produtiva e subjetiva entre mulheres. Finalizamos com as conclusões e considerações finais pertinentes à pesquisa.

2 DESEMPREGO E EXPERIÊNCIA DE GÊNERO

Para entendermos o fenômeno do desemprego e suas consequências no tecido social entre mulheres, precisamos situar os principais conceitos desse estudo, sustentando o modelo teórico de análise antes proposto. Por isso, iniciamos o capítulo com a exposição dos termos emprego e desemprego, seguindo-se a exposição sobre o conceito de experiência produtiva e subjetiva, tentando reconhecer particularidades disso considerando a questão de gênero.

2.1 Emprego e desemprego

Para compreendermos a importância do estudo sobre o desemprego é necessário antes elaborar, dentro de um contexto histórico, os significados dos termos *trabalho* e *emprego*, estabelecidos ao longo do século XIX, nas relações sociais e econômicas tendo como base o trabalho assalariado.

O termo *trabalho*, conforme o entendemos hoje – englobando distintas atividades manuais e mentais, criativas ou monótonas, simples ou qualificadas, cooperativas ou individuais – foi estabelecido no ocidente a partir do século XVIII. Antes disso, a expressão designava as práticas de servos e produtores de bens não perduráveis que exigiam o recomeço (COTANDA, 2011). Os artesãos produziam obras e objetos duráveis legados à posteridade e, segundo essa distinção, não trabalhavam – eram pagos por sua obra e não por seu trabalho (MARIN, 2002).

O conceito de *trabalho* possui acepção ampla. A categoria *emprego*, por outro lado, nos direciona ao *mercado de trabalho* e não é qualquer atividade remunerada, mas aquela que implica um contrato de tempo indefinido, normas legislativas, um convênio coletivo, dentre outros regulamentos (COTANDA, 2011).

Robert Castel, no livro *As metamorfoses do social* entende que a situação de assalariado fundamenta a identidade social e que o lugar ocupado pelo trabalho na existência social transborda o espaço laboral.

[...] A condição de assalariado não é só um modo de retribuição do salário, mas a condição a partir da qual os indivíduos estão distribuídos no espaço social [...] O assalariado é julgado-classificado por sua situação de emprego, e os assalariados encontram seu denominador comum e existem a partir desse lugar (CASTEL, 1998, p. 478).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) define o desemprego como uma situação de privação de trabalho remunerado, acompanhada de procura regular e disponibilidade imediata para o trabalho.

Segundo o sociólogo francês Didier Demazière, os estudos sobre a sociologia do desemprego contribuíram para constatar que o desemprego não é somente uma condição econômica ou uma privação de emprego: ele implica um reconhecimento social, a atribuição desses traços a alguns indivíduos, a construção social de uma legitimidade para reivindicar um emprego, a definição de uma rede de direitos e obrigações recíprocas socialmente regradas (DEMAZIÈRE, 1996).

Da mesma forma, o sociólogo brasileiro Antônio David Cattani compreende que

o desemprego entendido não apenas como a ausência de atividade e de relações assalariadas, mas como uma situação, um status social, transformou-se em indispensável elemento explicativo dos problemas e das tendências da transformação econômica e social (CATTANI, 1996).

Os dilemas sociais em torno dessa privação de trabalho assalariado nas formas modernas de produção capitalista nos remetem à circunstância específica das mulheres em situação de desemprego.

No estudo de Didier Demazière, intitulado *Uma abordagem sociológica sobre a categoria do desemprego*, o autor enfatiza que, sob o “desemprego”, existem contornos que se mostram inconstantes, conforme a posição social dos que falam, as situações nas quais eles se exprimem e os quadros sociais nos quais eles agem,

[...] políticas do emprego e produtoras de estatísticas, estando apoiada numa idéia simples: a partir de certo tempo de desemprego, avalia em termos probabilísticos e fixado convencionalmente em doze meses, as dificuldades particulares e suplementares (degradação das condições de existência, problemas de comportamento, problemas psicológicos, reticências de empregadores etc.) emergem ocasionando entraves ao acesso ao emprego (DEMAZIÈRE, 1995b).

Essa degradação do ator social no seu comportamento enquanto “desempregado de longa duração” foi estudado por cientistas sociais na França na década de 1980. Em estudos como o de Pignoni (1992), foram constatadas as seguintes características subjetivas: os desempregados compartilham a mesma percepção subjetiva de suas situações, feita de sentimento de solidão, aborrecimento, autodesvalorização, que conduz ao fechamento em si mesmo, à

interrupção das relações com os outros, ao isolamento. Experiência estigmatizante, o desemprego de longa duração implica uma identidade socialmente negativa, “ele não é em caso algum fonte de identidade (PIGNONI, 1992, p. 296).

O desemprego de longa duração imprime a sua marca nos indivíduos e, segundo Demazière, impede toda a possibilidade de interpretação (de re- ou contra- interpretação) da situação. O autor também enfatiza que o desemprego de longa duração se torna, assim, progressivamente uma categoria sociologicamente pertinente, por representar com mais força e verdade a experiência do desemprego.

O significado do desemprego de longa duração é dado (mas por quem?) e as pessoas que o vivem estão impregnadas (mas como?). A única resposta é que o sociólogo se tornou um pequeno alquimista das categorias sociais: as pesquisas dedicadas a apreender as maneiras pelas quais os sujeitos interpretam suas experiências, e que privilegiam um procedimento indutivo fundado notadamente na entrevista não-diretiva, chegam finalmente a atribuir a uma categoria oficial um conteúdo e um sentido que não tinha antes. (DEMAZIÈRE, 1995a).

Na outra ponta dos estudos sobre desemprego de longa duração estão as considerações do estudo de Ledrut, que o compreende sociologicamente como “inferioridade social”:

O desemprego não se reduz então à privação de emprego ou a uma “inferioridade econômica”, ele se define sociologicamente como “inferioridade social”, ligada à desvalorização da posição de desempregado e à “impotência social” dos próprios desempregados, confrontados com o sentimento de humilhação, rejeitados em seu isolamento e reduzidos à paralisia coletiva. Esta acumulação define “a fraqueza social” dos desempregados, que tem tendência a funcionar como um círculo vicioso (LEDRUT, 1961b, p. 37).

Sendo assim, é notório que a “inferioridade social” ou “impotência social”, contextualizada por Ledrut, são estigmas que até hoje assombram a categoria *desempregados e/ou sem o trabalho formal*.

Pode-se pontuar, assim, um agravamento social no desemprego de longa duração como a exclusão do ator social. Contudo, como bem define Paugam, uma vez que as delimitações foram oficialmente postas, esta questão é absurda no que concerne à exclusão. Igualmente, esta categoria de fronteiras frágeis funciona em parte por um modo imaginário (PAUGAM, 1996, p. 15).

Outro âmbito importante a se considerar é o do imaginário social, na medida em que abordamos ou conceituamos as mulheres no contexto social. O mesmo senso comum que marginaliza os desempregados também coloca à margem as mulheres com salários mais baixos, esquecendo-se da sua dupla jornada de trabalho (privada e pública), abrangendo os cuidados com as pessoas e os afazeres domésticos.

A discussão sobre o desemprego retoma a preocupação com as desigualdades sociais enfrentadas no mercado de trabalho. Conforme diversos estudos sobre essa problemática social, o deslocamento que leva do trabalho à falta dele é pautado por Guimarães:

O movimento que leva do trabalho ao desemprego passou a ser, então, mais e mais esquadrihado pela sociologia brasileira. Destacavam-se os estudos sobre o risco desigual com que a perda do trabalho atingia certos grupos de indivíduos, distintos por características tais como idade, sexo, cor, posição na família, momento no ciclo de vida, escolaridade, ocupação e setor de atividade. Ao lado desses estudos, fizeram-se mais freqüentes as análises longitudinais de tipo quantitativo sobre trajetórias de desempregados, não raro aliadas a (e/ou alimentando) pesquisas qualitativas sobre representações subjetivas acerca da experiência da perda da ocupação regular (GUIMARÃES, 2009).

O desemprego não é uma condição simplesmente objetiva que se possa definir e identificar a partir de características exteriores aos sujeitos, pois o compreendemos como uma construção social dos atores sociais.

A subjetividade define-se por um terreno interno que se opõe ao mundo externo, mas que só pode surgir deste. Sem a formação do indivíduo, este se confunde com o seu meio social e natural. Tal subjetividade se desenvolve pela interiorização da cultura, que permite expressar os anseios individuais e criticar a própria cultura que permitiu a sua formação.

Para entender a subjetividade no contexto do ator social em condição de desemprego, é necessário compreender o conceito de cultura. Segundo Adorno (1971), a diferenciação do indivíduo, ocorre pela incorporação da cultura, pois a formação não é outra coisa que a cultura pelo lado de sua apropriação subjetiva.

O psicólogo José Leon Crochík, no ensaio *Os desafios atuais do estudo da subjetividade na psicologia*, afirma que a subjetividade do indivíduo não é somente

fruto das circunstâncias sociais atuais, embora estas sejam fundamentais, mas também de um projeto histórico implícito no desenvolvimento de nossa civilização.

[...] a subjetividade implica a adaptação para poder ir além dela, o que significa que pela própria mediação da cultura o indivíduo pode pensá-la. Assim, as leis psicológicas, se é que se pode empregar este termo, são intrinsecamente relacionadas às leis da sociedade e da cultura. Isso não implica que se reduzam umas às outras, pois uma vez que o indivíduo se diferencia, passa a se distinguir da cultura, embora esta continue a exigir dele a adaptação.

[...] Esta só pode ocorrer através de um projeto coletivo que permita a diferenciação. Por isso, a função da formação cultural é a de socializar para individualizar. Dito de outra maneira, a formação deve se destinar à diferenciação do indivíduo em relação ao seu meio, com o qual se vê confundido por ocasião de seu nascimento (CROCHÍK, 1998).

Dessa forma, é necessário apreender o sentido estabelecido culturalmente para as mulheres no mundo do trabalho, como se aborda na seção seguinte.

2.2 Experiência produtiva e subjetiva entre mulheres

As ações sociais constituídas nas sociedades são estruturadas, segundo Manuel Castells, pela *produção, experiência e poder*.

Castells define *produção* como sendo a ação da humanidade sobre a natureza. A humanidade se apropria da natureza (matéria) e a modifica em seu benefício, obtendo, assim, um produto que é direcionado em parte para o consumo e em parte – o excedente – acumulado para investimentos. Desse modo, a produção se constitui em relações de classes: de um lado, a classe que tem o capital (investimento) para a produção, ou seja, o empregador; de outro lado, quem produz e modifica a matéria que é feita pela mão-de-obra (trabalhador). Através desse processo produtivo, ocorre a decisão quanto à divisão e os empregos do produto em relação ao consumo e ao investimento.

Por “experiência”, o autor define a ação dos indivíduos sobre si mesmos. A influência entre as identidades biológicas e culturais determinam a relação desses indivíduos com seus ambientes sociais e naturais. Essa experiência se constrói pela busca das necessidades e desejos dos seres humanos.

[...] A experiência é estruturada pelos sexos, historicamente organizada em torno da família e, até agora, caracterizada pelo domínio dos homens sobre

as mulheres. As relações familiares e a sexualidade estruturam a personalidade e moldam a interação simbólica (CASTELLS, 1999).

Para Castells, o poder “é aquela relação entre sujeitos humanos que, com base na produção e na experiência, impõem a vontade de alguns sobre os outros pelo emprego potencial ou real de violência física ou simbólica” (CASTELLS, 1999). Esse poder tem como alicerce o Estado e o seu monopólio foi institucionalizado na sociedade.

A interação simbólica entre os indivíduos e o relacionamento entre eles e a natureza, com base na produção, experiência e poder, consolidaram-se nas mais diversas sociedades ao longo do tempo.

Com base nos conceitos de Castells sobre “experiência”, nessa pesquisa vamos nos deter sobre a experiência produtiva e subjetiva da mulher em situação de desemprego e que busca uma recolocação no processo produtivo, cujo poder institucional, de forma invisível, fornece mais oportunidades aos homens no processo seletivo de empregos assalariados.

Nessa perspectiva, abordaremos as desigualdades que perpassam as relações estabelecidas entre homens e mulheres no mundo social. Iniciaremos com as principais mudanças ocorridas no século passado.

O século XX foi marcado por transformações nos costumes, nas normas sociais e nos valores relacionados à feminilidade e à masculinidade. Nesse contexto, é importante lembrar as conquistas do movimento organizado por mulheres, hoje chamado de Movimento Feminista: o acesso aos mesmos postos de trabalho e paridade salarial, direito ao voto, criminalização da violência doméstica e acesso à educação superior.

É importante descrever os elementos que marcaram o início dos estudos das diferenças e desigualdades entre homens e mulheres, e as primeiras explicações sociológicas para essa desigualdade.

Dentre as primeiras investigações sobre a condição feminina pode-se mencionar a teoria evolucionista (MORGAN, 1976) e sobre a família e diferenciação social (ENGELS, 1977). Para esses autores, as relações entre mulheres e homens se transformam ao longo da história, acompanhando as etapas evolutivas. Antes do capitalismo, segundo Engels, as mulheres governavam a vida em sociedade, devido ao poder que tinham sobre a procriação. Contudo, com o surgimento da propriedade

privada e da sociedade patriarcal, esse poder entrou em crise, surgindo, assim, a subjugação das mulheres pelos homens.

[...] Hoje, na maioria dos casos, é o homem que tem que ganhar os meios de vida, alimentar a família, pelo menos nas classes possuidoras; e isso lhe dá uma posição dominadora (ENGELS, 1977).

O autor acrescenta, ainda, que foi o advento do capitalismo e da grande indústria que fez com que a mulher, de modo excludente, ficasse restrita à vida doméstica, excluída do trabalho social e da condição de assalariamento. E, se quisesse participar do trabalho industrial, como trabalhadora assalariada, teria que abandonar as obrigações domésticas, uma vez que a “família individual moderna baseia-se na escravidão doméstica, franca ou dissimulada, da mulher” (ENGELS, 1977).

Essa teoria foi basilar para as críticas à suposta condição natural de inferioridade da mulher em relação ao homem. Ela ampliou os estudos sobre as condições sociais de opressão feminina, gênero e classe. A divisão sexual do trabalho, segundo Saffioti (1976), está presente não somente na relação de produção e reprodução, mas também na relação de gênero.

A grande maioria dos homens, centrando sua visão sobre a mulher como sua concorrente real no mercado de trabalho, deixa a situação feminina, e a sua própria, como determinadas pela totalidade histórica no qual ambos são inseridos. Deixando-se mistificar pelo prestígio que lhe é conferido se obtiver pelo seu trabalho remuneração suficiente para permitir-lhe manter a esposa afastada das funções produtivas, não percebe que a mulher não ativa economicamente pode significar uma ameaça a seu emprego enquanto trabalhadora potencial e que o trabalho não pago que ela desenvolve no lar contribui para a manutenção da força de trabalho tanto masculina quanto feminina (SAFFIOTI, 1976).

Nos anos 1940, na França, a filósofa Simone de Beauvoir empreendeu um importante estudo que contribuiu para o entendimento das desigualdades entre os sexos. Em *O Segundo Sexo*, a autora questiona a desigualdade entre homens e mulheres como algo inerente aos sexos dos indivíduos. Pelo contrário, em sua visão, tal hierarquia é fruto de uma imposição própria da vida em sociedade. Diz ela: “Não nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1949). Tal afirmação serviu para uma nova perspectiva sobre a socialização da mulher.

Já nos anos 1970, a psicanalista Nancy Chodorow, baseando-se na reflexão sobre a socialização diferenciada de mulheres e homens, alerta que

As mulheres são socializadas no ambiente doméstico, em companhia das mulheres mais velhas, as quais lhe transmitem desde cedo uma série de características maternas. Nesse sentido, desde criança as mulheres aprendem as atividades do ambiente doméstico, tornando-se “pequenas mães”. Já a experiência de socialização dos homens é oposta. Eles precisam ser homens longe do ambiente doméstico, procurando companhias horizontais (meninos da sua idade) e estabelecendo laços públicos. Isso resulta em diferenças marcantes na psicologia masculina e feminina. (CHODOROW, 1979).

Isso retrata como cada sexo é reconhecido socialmente, a partir do status social. Cabe lembrar que, nessa época, a principal ferramenta teórica era a noção do papel sexual, que homens e mulheres desempenhavam socialmente.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu (1999) entende que tanto o homem como a mulher são produtos da dominação masculina, na medida em que ela cria expectativas sociais, às quais ambos estão sujeitos. Isso quer dizer que homens também estão subjugados a uma série de expectativas de gênero, tais como o uso da força, o papel de provedor do lar etc. Essas imposições sociais são incorporadas pelos sujeitos por meio da socialização e passam a ser vistas como naturais. Essa estrutura social é chamada pelo autor de “poder simbólico”, um poder invisível que se propaga em todo o tecido social, estruturando comportamentos, valores que viabilizam a continuidade da dominação (BOURDIEU, 1999).

Bourdieu argumenta que a dominação masculina é eminentemente simbólica; ela somente pode ser exercida com a colaboração dos dominados, ou seja, das mulheres. Afinal, elas reproduzem as mesmas normas que as oprimem na socialização de seus filhos, tanto homens como mulheres. Essa dominação masculina manifesta-se nas coisas objetivas, como, por exemplo, na divisão dos espaços femininos e masculinos, nos hábitos e comportamentos instituídos pela sociedade. Para o autor, as mulheres são alvo privilegiado da discriminação simbólica, tornando-se, portanto, necessária a integração delas nos movimentos sociais e políticos, pois isto “abriria às mulheres a possibilidade de uma ação coletiva de resistência, orientada no sentido de reformas jurídicas e políticas, e lutar pela superação da sua subordinação de gênero” (BOURDIEU, 1999).

Outro marco importante nas discussões sobre a desigualdade entre homens e mulheres é a emergência do conceito de gênero. Nesse quesito, um estudo da década de 1980, elaborado pela historiadora feminista Joan Scott, abre o debate sobre a construção da masculinidade e da feminilidade. Scott propõe que não somente as mulheres devem ser objetos de estudo, mas também os homens e as

formas de se relacionar com o feminino, em distintos contextos sociais. O conceito da autora toma o gênero como elemento constitutivo das relações sociais, embasado nas diferenças percebidas entre os sexos. Para a pesquisadora, o gênero é uma construção social que determina as identidades subjetivas de homens e mulheres. Ela encara o conceito de gênero uma categoria analítica, com estatuto científico, no meio acadêmico (SCOTT, 1995). Também ressalta a importância do poder e da dominação simbólica na dinâmica das relações de gênero, analisando como os mecanismos de ação operam sobre as desigualdades entre os sexos, convergindo com o conceito de “poder simbólico” definido por Bourdieu.

Vale destacar que as identidades, subjetividades e comportamentos de homens e mulheres foram estruturados ao longo do processo histórico nas mais diversas sociedades. Ainda hoje, esse processo social de desigualdade entre homens e mulheres, dito como natural, e invisível ao senso comum, está presente na seleção de trabalhadoras mulheres, em especial as mais jovens, com idade reprodutiva.

As famílias, ao longo da história ocidental – e particularmente após do surgimento do sistema capitalista – foram construídas de forma hierárquica, autoritária e patriarcal; e isso também se verifica na cultura brasileira. Até a metade do século XX, as relações familiares tinham no homem o papel de controle e censura, enquanto às mulheres restava a submissão ao pai ou ao marido. Esse modelo patriarcal de família visava controlar a sexualidade feminina, legitimando-se pelo conceito de honra da família. Vários estudos sobre relações de gênero mostram que existiu e ainda existe uma expressiva variação nas relações de gênero em diferentes classes sociais e regiões do Brasil (ALMEIDA, 1987; CORRÊA, 1993; SOUZA; BOTELHO, 2001).

O modelo patriarcal de família tendo sido criticado tanto no campo público como no privado. Na vida pública, a mulher tem hoje maior proteção legal, com maior desenvolvimento socioeconômico, maior educação e com maior participação na força de trabalho. Existe também a separação entre a vida sexual e reprodutiva, e tudo isso têm favorecido sua independência e autonomia (ALVES; CORREA, 2009).

Provas do empoderamento das mulheres brasileiras têm sido observadas na formação das famílias, assim como no nível de homogamia dos casais, através da redução das disputas ocupacionais, de idade, de educação entre os casais (ITABORAÍ, 2012). Por outro lado, essa igualdade é mais usual nas classes mais

educadas; os homens ainda são responsáveis pelas decisões nas famílias de menor nível educacional (BRUSCHINI, 1989).

O Estado brasileiro, desde a Constituição de 1988 tem mostrado progressos nas políticas públicas que protegem as mulheres e promovem o seu empoderamento. Também foi importante a participação do Brasil na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento do Cairo, em 1994, e na Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim, 1995 (ALVES; CORREIA, 2009). Porém, ainda existe uma lacuna nas políticas públicas que ajustem o trabalho com a vida doméstica das mulheres. Pesquisas recentes relatam que, devido à falta de apoio público (creches, escolas de tempo integral e jardim de infância público), as mulheres brasileiras estão acumulando funções profissionais e trabalho doméstico (GOLDANI, 2007).

Mesmo com a falta de espaços públicos para os cuidados com os filhos, ocorre um aumento da participação da renda das mulheres, através do trabalho externo. Contudo, a renda da mulher ainda é menor que a dos homens na esfera doméstica (MONTALI, 2004). De modo análogo, o estudo de Soares (2008) comparou o tempo investido por homens e mulheres no trabalho doméstico e concluiu que a participação das mulheres no mercado de trabalho não diminui o tempo investido por elas em tarefas domésticas. Igualmente, Sorj *et al* (2007) afirmam que o limitado apoio recebido do Estado na conciliação trabalho-família prejudica a quantidade de mulheres (mães) participando do mercado de trabalho e a qualidade de sua inserção.

Em certos ciclos da vida, os afazeres domésticos e o cuidado com as crianças pequenas tornam o trabalho feminino extremamente intenso, principalmente quando se combina com o trabalho fora de casa. Esse fato é comprovado pelas informações relacionadas na tabela 2 – Indicadores Trabalho Doméstico, elaborada pelo IBGE em 2006, conforme análise abaixo.

Tabela 2 - Indicadores Trabalho Doméstico

Número do indicador	Indicador CGMI	O que foi calculado	Brasil	Homem	Mulher	Unidade
1	Número médio de horas nos afazeres domésticos, por sexo (Nota: separar afazeres domésticos e cuidado infantil, se possível)	Número médio de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência, por sexo	16,7	11,1	20,9	horas semanais
		Número médio de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos das pessoas ocupadas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência, por sexo	14,1	10,5	18,1	horas semanais
2	Número médio de horas combinadas no trabalho remunerado e no trabalho doméstico não remunerado (carga total de trabalho), por sexo	Número médio de horas combinadas no trabalho remunerado e nos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos (carga total de trabalho) das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo	52,9	51,5	54,4	horas semanais
3	Taxa de participação na força de trabalho para pessoas de 15 a 24 anos de idade e 15 anos ou mais de idade, por sexo	Taxa de participação na força de trabalho para pessoas de 15 anos ou mais de idade, na semana de referência, por sexo	62,9	74,0	52,8	%
		Taxa de participação na força de trabalho para pessoas de 15 a 24 anos de idade, na semana de referência, por sexo	54,5	60,7	48,0	%
4	Proporção de ocupados que são trabalhadores por conta própria, por sexo	Proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, que são trabalhadores por conta própria, por sexo	24,7	29,0	19,0	%
5	Proporção de ocupados em ajuda a pessoa do domicílio, por sexo	Proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em ajuda a pessoa do domicílio, por sexo	2,4	1,5	3,6	%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016).

Dados do IBGE em 2016 mostram que as mulheres dedicaram aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos cerca de 70% a mais de horas do que os homens (18,1 horas contra 10,5 horas). Ao desagregar por região, verifica-se que a maior desigualdade na distribuição de horas dedicadas a estas atividades está na Região Nordeste, onde as mulheres dedicam cerca de 80% a mais de horas do que os homens, alcançando 19 horas semanais.

O recorte por cor ou raça indica que as mulheres pretas ou pardas são as que mais se dedicam aos cuidados de pessoas, e/ou aos afazeres domésticos, com o registro de 18,6 horas semanais em 2016. Observa-se que o indicador pouco varia para os homens, quando se considera a cor ou raça ou região de residência. Na tabela apresentada acima, verifica-se que no Brasil o número médio de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos ultrapassa 30 horas semanais, das quais as mulheres dedicam 39 horas e os homens 21 horas.

Mesmo em meio a tantas transformações sociais ocorridas ao longo do último século sob a perspectiva de gênero (maior participação das mulheres no mercado de trabalho, crescente escolarização, redução da fecundidade, disseminação de métodos contraceptivos, maior acesso à informação), as mulheres seguem dedicando relativamente mais tempo aos afazeres domésticos e cuidados, qualquer que seja o grupo de idade observado.

Para compreendermos o fenômeno do desemprego, vamos utilizar como indicador a taxa de desemprego de longa duração, enfatizando que são as mulheres que têm os maiores índices. De outro prisma o mercado econômico não consegue sustentar a oferta em relação à procura por postos de trabalho formal. Cria-se, então, o dilema de como as mulheres brasileiras sobrevivem ao desemprego e quais são as alternativas encontradas por elas.

Sabe-se que um dos meios pelos quais as mulheres asseguram alguma renda durante o desemprego é a realização de serviços informais, como cuidar de crianças (filhos de vizinhos próximos), produzir alimentos para comercialização, além de outros afazeres. Algumas dessas práticas informais de trabalho podem não ser remuneradas, ou seja, uma troca de atividade entre os indivíduos envolvidos. Essas práticas econômicas alternativas de produção, segundo Castells (2019), têm como objetivo principal “remediar aflições econômicas através da obtenção de bens e serviços necessários com baixos ou nenhum custo em tempos de recursos escassos”.

Por outro lado, mesmo diante das dificuldades geradas pelo desemprego, muitas mulheres buscam qualificação profissional. A enfermagem, o curso de auxiliar administrativo ou culinária são algumas das opções da mulher em suas tentativas de inserção no “mundo do trabalho”, na medida em que elas buscam por carreiras mais próximas das características socialmente entendidas como “femininas”. Nesse ínterim, Moreira (1999) afirma que “a saída de casa deu-se através de profissões tais como enfermagem e magistério, onde a mulher aparece com funções de cuidado e ensino remetidas ao universo familiar”.

Sabemos da importância da mão de obra feminina do mundo do trabalho, dos benefícios que a vida moderna e contemporânea trouxe, pois, permitiu a emancipação da mulher no espaço doméstico e minimizou as formas de dominação patriarcal. Contudo, nos dias atuais, com a crise do sistema capitalista e a

globalização da economia, são as mulheres, de forma negativa, que ficam mais tempo em situação de desemprego ou desempenham atividades precarizadas.

O trabalho precário, conforme análise de Hirata (1999) em relação à inserção da mulher trabalhadora, tanto no espaço formal quanto informal do mercado de trabalho, se traduz, majoritariamente, nas áreas em que predominam os empregos precários e vulneráveis.

A autora complementa destacando as políticas neoliberais que impulsionam a globalização, principalmente com

a liberação das trocas comerciais, com a desregulamentação, a abertura dos mercados e novas lógicas de desenvolvimento das firmas multinacionais, tendo como corolários as privatizações, o desenvolvimento da subcontratação e da externalização da produção. Essas novas características apresentadas pela política neoliberal têm relevantes consequências na divisão sexual do trabalho, tanto no espaço produtivo quanto no reprodutivo (HIRATA, 2001).

Diante da análise de Hirata sobre as formas precarizadas no mundo do trabalho, podemos constatar que essa realidade se sustenta nos dias atuais. Ainda é a mulher trabalhadora que sofre as maiores consequências negativas nas políticas neoliberais, seja no espaço público ou privado.

A perda do trabalho privado (assalariado) não exclui a mulher do trabalho doméstico e da responsabilidade com os seus dependentes, sejam eles adultos ou crianças. Afinal, como constatado pelas pesquisas do IBGE, as mulheres chefiavam, em 2010, 38,7% dos 57,3 milhões de domicílios particulares e a previsão para o próximo censo em 2020 é que esse patamar suba ainda mais.

Portanto, os conceitos acima apresentados sustentam nosso modelo de análise. Cabe, então, passar ao exame dos dados sobre as situações de desemprego entre mulheres (Capítulo 3) e sobre a experiência produtiva e subjetiva das mulheres entrevistadas (Capítulo 4).

3 SITUAÇÃO DE DESEMPREGO

Nesse capítulo, abordaremos dados gerais sobre a situação de desemprego no Brasil. Foram utilizados os dados coletados, no decorrer do ano de 2019, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). Essa pesquisa acompanha as flutuações trimestrais e a evolução, a curto, médio e longo prazo, da força de trabalho, e outras informações necessárias ao estudo do desenvolvimento socioeconômico do País. Para isso, ela produz indicadores trimestrais sobre a força de trabalho e indicadores anuais sobre temas suplementares permanentes (como trabalho e outras formas de trabalho, cuidados de pessoas e afazeres domésticos, tecnologia da informação e da comunicação), tendo como unidade de investigação o domicílio.

O enfoque principal são as mulheres desempregadas na região sul e na cidade de Porto Alegre. Em sequência será apontado o perfil socioeconômico das mulheres entrevistadas assim como as características das suas situações de desemprego, observando as dimensões e indicadores propostos no modelo de análise apresentado para operacionalização do estudo e sustentado na exposição da literatura especializada.

3.1 Visão geral do desemprego

A taxa de desemprego da população brasileira ativa, conforme o IBGE, passou de 11,6% em dezembro de 2018 para 11,8% em julho de 2019, caracterizando um crescimento de 3,07% no número de pessoas desocupadas no ano. São, aproximadamente, 374 mil pessoas a mais sem emprego no país do que no encerramento do ano anterior.

Tabela 3 – Taxa de Desemprego no Brasil em 2019

Mês	Taxa de Desocupação	População Desocupada	Variação Mensal	Variação Anual
JAN	12,0%	12,669 Milhões	+3,89%	-0,16%
FEV	12,4%	13,098 Milhões	+3,39%	-0,18%
MAR	12,7%	13,387 Milhões	+2,21%	-1,81%
ABR	12,5%	13,177 Milhões	-1,57%	-1,00%
MAI	12,3%	12,984 Milhões	-1,46%	-1,56%
JUN	12,0%	12,766 Milhões	-1,68%	-1,21%
JUL	11,8%	12,569 Milhões	-1,54%	-2,01%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019).

Para a realização da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, o IBGE considerou como População em Idade Ativa todas as pessoas com 14 anos ou mais, residentes nos cerca de 3.500 municípios avaliados. A parcela da População em Idade Ativa considerada com força para trabalho compõe a População Economicamente Ativa, que, por sua vez, é classificada em dois grupos: População Ocupada e População Desocupada.

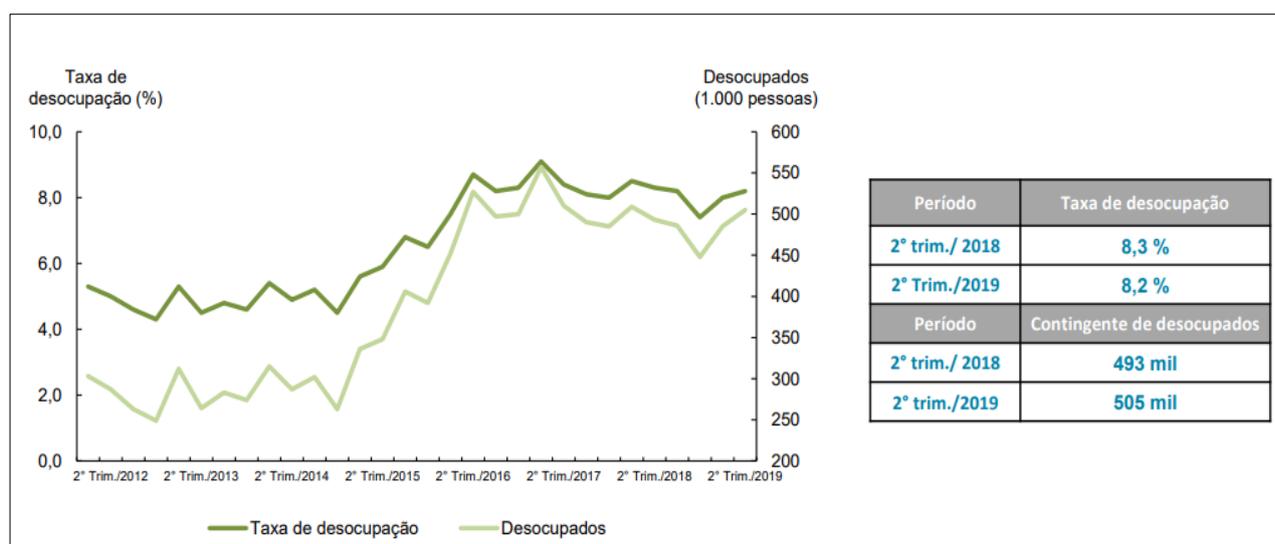
A População Ocupada é composta por todas as pessoas que trabalharam durante o mês de referência da pesquisa por pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio. Também fazem parte da População Ocupada aquelas pessoas que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas durante o período da pesquisa. O Nível de Ocupação é calculado pela proporção de pessoas ocupadas em relação às pessoas em idade de trabalhar (IBGE, 2019).

A População Desocupada é composta por todas as pessoas sem trabalho, mas que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo durante o mês de referência da pesquisa. A Taxa de Desocupação é calculada pela proporção de pessoas desocupadas em relação às pessoas economicamente ativas (IBGE, 2019).

A taxa média de desemprego aberto no Brasil, calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, caiu de 12% para 11,8% na passagem do trimestre encerrado em junho de 2019 para o terminado em setembro de 2019, influenciada pelo aumento na população ocupada e a redução na desocupação. Mesmo com a queda na taxa, ainda havia 12,5 milhões de pessoas em busca de trabalho. Embora as taxas tenham apresentado ligeira queda nos últimos dois meses, o nível de desemprego é considerado elevado no País.

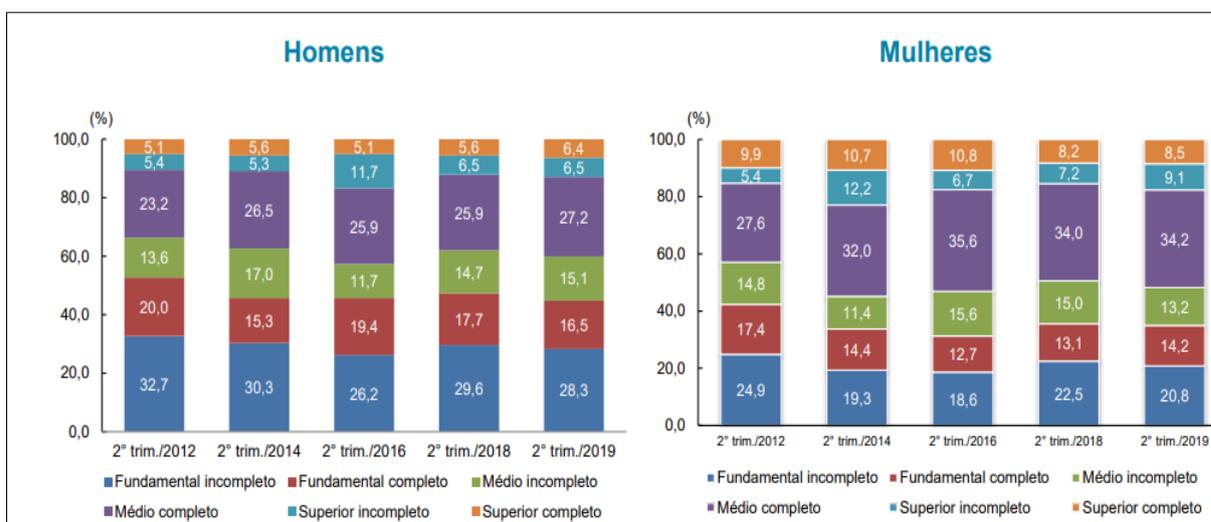
Os serviços estatísticos eliminaram da PNAD Contínua aquelas pessoas que precisariam trabalhar, mas que não o fazem há muito tempo por não conseguirem emprego ou uma atividade autônoma. São os chamados *trabalhadores desencorajados* ou *desalentados*. Caso estes fossem contabilizados, o número de desempregados aumentaria significativamente no país. Em relação ao Rio Grande do Sul, podemos observar pela figura 1 da Taxa de desocupação, elaborada pelo Departamento de Economia e Estatística, que houve uma pequena queda da taxa de desocupação em relação ao segundo trimestre de 2018 para 2019, de 8,3% para 8,2% respectivamente. Já o contingente de desocupados subiu de 493 mil para 505 mil nesse mesmo período.

Figura 1 – Taxa de desocupação no Rio Grande do Sul



Fonte: Departamento de Economia e Estatística - DEE/SEPLAG (2019).

Figura 2 – Distribuição desocupados por sexo e nível de instrução no RS



Fonte: Departamento de Economia e Estatística- DEE/SEPLAG (2019)

Diante desse quadro, podemos observar que as mulheres com ensino médio detêm a maior taxa de desemprego em relação aos homens no Rio Grande do Sul, com 34,2% e 27,2% respectivamente. Sendo comprovada também pelo IBGE como retrata a imagem abaixo com os dados coletados pelo PNAD.

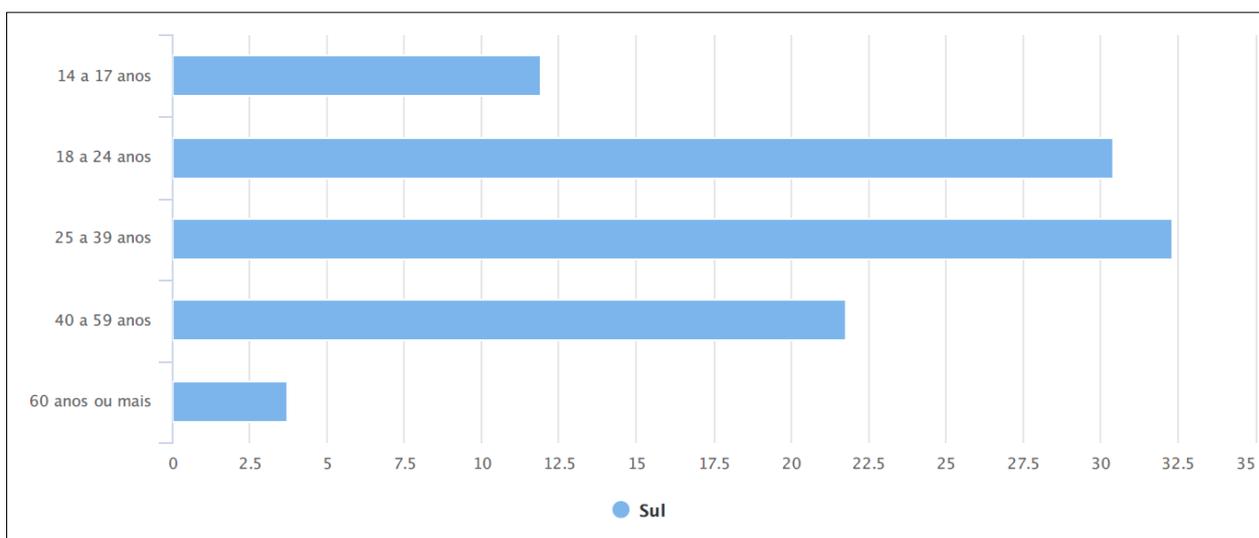
Figura 3 – Taxa de desocupação das mulheres por nível de instrução no Rio Grande do Sul

Discriminação	Taxa de desocupação (%)				
	2º Trim./2012	2º Trim./2014	2º Trim./2016	2º Trim./2018	2º Trim./2019
Fundamental incompleto	5,3	4,7	8,8	10,5	10,7
Fundamental completo	9,2	7,5	13,7	13,4	15,0
Médio incompleto	12,1	10,3	22,5	21,2	19,9
Médio completo	5,9	6,3	12,8	11,0	10,6
Superior incompleto	4,2	8,2	8,9	8,5	9,7
Superior completo	3,4	3,3	5,3	3,6	3,6
Total	6,0	5,9	10,6	10,0	10,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019).

No caso específico da região Sul, a pesquisa do IBGE revela que na distribuição de pessoas desocupadas por idade, a faixa etária de 25 a 39 anos é a que apresenta a maior taxa de desocupação no segundo trimestre de 2019.

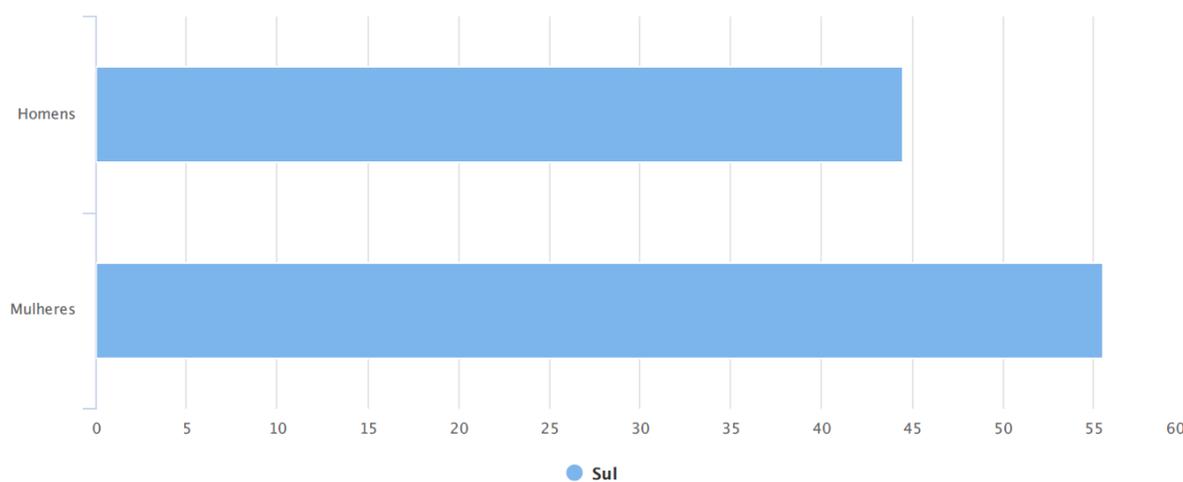
Figura 4 – Distribuição de pessoas desocupadas por idade, 2º trimestre 2019



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019).

Revela-se também que as mulheres possuem o percentual de 55% de desocupação, em contraste com 44% dos homens.

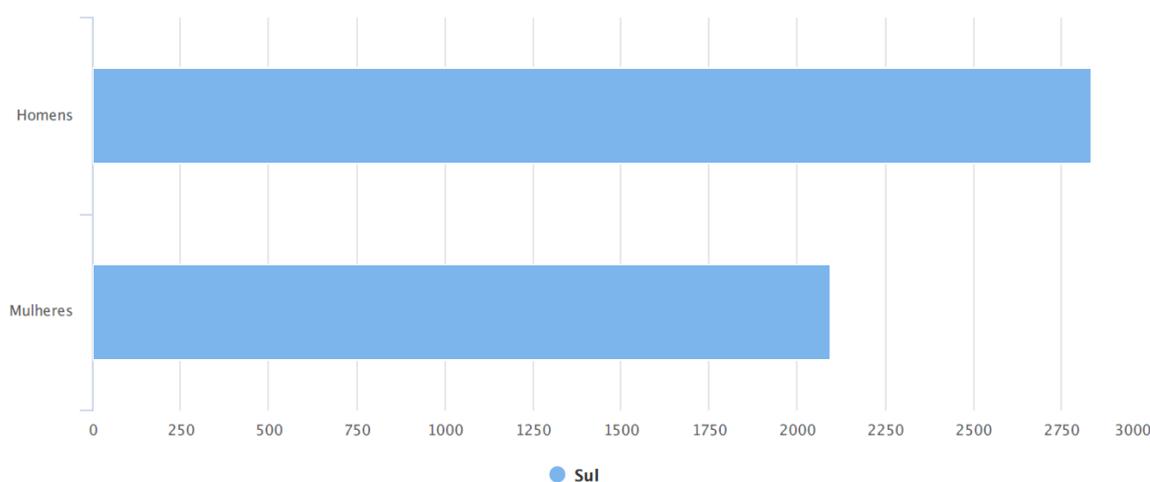
Figura 5 – Distribuição percentual de pessoas desocupadas por sexo, 2º trimestre 2019



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019).

Também é constatado que o rendimento médio das mulheres é inferior ao dos homens.

Figura 6 – Rendimento médio mensal, por sexo, 2º trimestre 2019



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019).

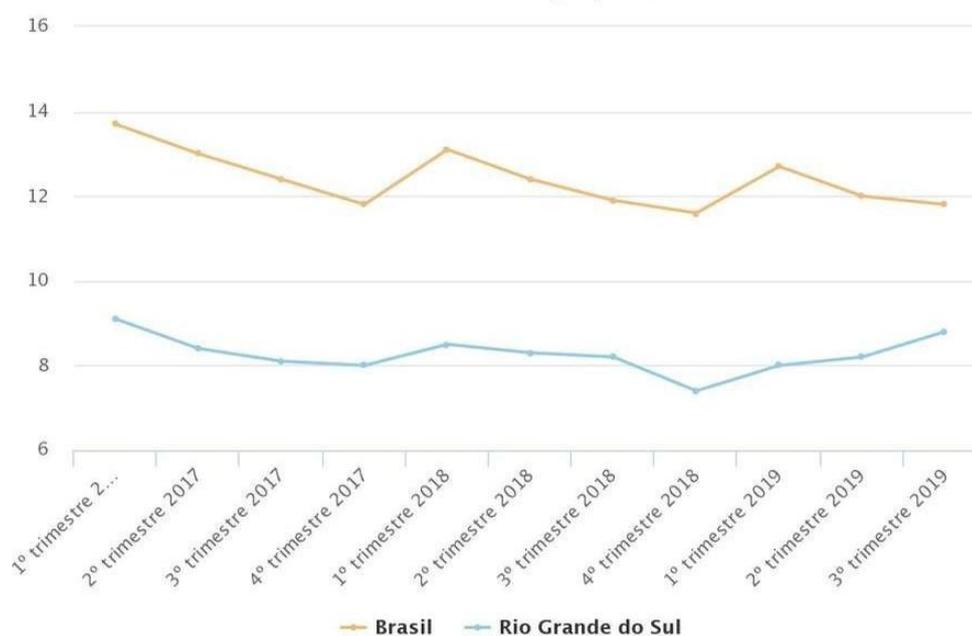
Como podemos ver nos dados acima, o desemprego vem ocorrendo tanto entre os homens quanto entre as mulheres. No entanto, na região sul, o desemprego feminino tem sido mais intenso no percentual de mulheres desocupadas no 2º trimestre de 2019. Também foi constatado que, dentre as pessoas desocupadas, as faixas etárias mais atingidas situam-se de 18 a 24 anos e de 25 a 39 anos, além do rendimento do contingente feminino ser menor que o masculino, conforme os dados divulgados pelo instituto. A escolha dos dados do 2º trimestre de 2019 para essa análise acima serviu para o início da pesquisa de campo desse estudo.

A PNAD Contínua constatou, no terceiro trimestre de 2019, que 46,9% dos desocupados estavam em busca de trabalho entre um mês e um ano; e 25,2% há dois anos ou mais, no Brasil. Também revelou que os desocupados à procura de emprego há dois anos ou mais equivalem a 3,2 milhões de pessoas, enquanto 1,8 milhões procuravam uma ocupação há menos de um mês. A taxa de informalidade da população ocupada – que inclui empregados sem carteira assinada no setor privado, trabalhador doméstico sem carteira assinada, empregador sem CNPJ, trabalhador por conta própria sem CNPJ e auxiliar familiar – chega a 57,9% nos estados do Norte, 53,9% no Nordeste, 38,5% no Centro Oeste, 35,9% no Sudeste e 32,2% no Sul.

A proporção de empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado do país no 3º trimestre de 2019 foi de 26,4%. No Maranhão, Pará e Piauí a taxa chega a 50%. Rio Grande do Sul e Santa Catarina estão entre os estados com

os menores índices de trabalhadores sem carteira assinada, respectivamente 18,1% e 12,3%, respectivamente. O número de pessoas que desistiram de procurar trabalho, os chamados desalentados, aumentou para 4,7 milhões no terceiro trimestre, ante 4,9 milhões no trimestre anterior. Bahia e Maranhão têm o maior número de moradores nessa situação, 781 mil e 592 mil pessoas, respectivamente (IBGE, 2019).

Figura 7 – Taxa de desocupação



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019).

Verificamos nessa seção que a população desocupada no Rio Grande do Sul subiu de 493 mil pessoas, no segundo trimestre de 2018, para 505 mil no segundo trimestre de 2019. A taxa de desocupação no mesmo período teve uma leve queda percentual de 8,3% para 8,2%. Em relação aos desocupados por sexo no estado gaúcho, as mulheres continuam a ter o patamar mais elevado, principalmente as com nível médio completo, o que será aferido na próxima seção com a amostra das mulheres entrevistadas no SINE.

3.2 A pesquisa empírica no SINE: mulheres entrevistadas

Além dos dados obtidos pelo IBGE, buscamos dados empíricos através da amostra de mulheres em situação de desemprego que foram entrevistadas no SINE de Porto Alegre para essa pesquisa.

Todas as segundas-feiras, quem passa pela Av. Sepúlveda, s/n - Centro Histórico, em Porto Alegre, se depara com uma fila extensa, que começa ainda de madrugada, de indivíduos à procura de emprego. São homens e mulheres que vêm tanto do município como das cidades da região metropolitana. Nesse contexto, eu como pesquisadora fui ao encontro de quatro perfis distintos de mulheres que pudessem contribuir para essa pesquisa. O horário escolhido foi por volta das 7h, porque o SINE começa o atendimento às 8h e, a meu ver, seria mais fácil iniciar uma conversa e fazer a entrevista. Após muitas tentativas em vão, nas quais obtive não como resposta, consegui nesse espaço encontrar as quatro entrevistadas que compõem essa amostra em semanas diferentes. As entrevistas foram agendadas para o período em que elas ficariam aguardando o atendimento e duraram cerca de trinta minutos.

Nessa amostra, eu entrevistei quatro mulheres, sendo três na faixa etária de 20 a 30 anos e uma acima de 40 anos. São três mulheres brancas e uma mulher negra, três heterossexuais e uma homossexual. Elas têm ensino médio e todas estudaram em escola pública. Essa amostra configurou-se mais pelo consentimento delas para a pesquisa do que pelo tipo físico, faixa etária e etnia.

Abaixo tem-se um quadro com o perfil das quatro entrevistadas com base no modelo de análise informado.

Tabela 4 – Perfil sócio econômico das entrevistadas

Atributos	Entrevista 1	Entrevista 2	Entrevista 3	Entrevista 4
Nome Fictício	Esperança	Flor	Sofia	Sol
Idade	22 anos	22 anos	41 anos	28 anos
Estado civil	Solteira	Solteira	Casada	Casada
Quantos filhos?	0	0	2	0
Grau de instrução	Ensino Médio	Ensino Médio	Ensino Médio	Ensino Superior incompleto
Estudou Escola pública?	Sim. Ensino Fundamental e Médio.	Sim. Ensino Fundamental e Médio.	Sim. Ensino Fundamental e Médio.	Sim. Ensino Fundamental e Médio
Ensino privado?	Não	Não	Não	Sim. Curso Superior
Residência	Guaíba	Gravataí	Viamão	Porto Alegre
Profissão	Técnica em enfermagem	Técnica em administração	Comerciária	Comerciária

Responsável pela família	Não	Não	Não	Não
Quem te sustenta?	Avós	Namorada	Marido	Marido
Quem faz o trabalho da casa?	Avó e ela.	Ela	Ela e as filhas	Ela

Fonte: Elaborada pela autora, a partir da pesquisa de campo (2019).

Podemos notar que três das entrevistadas (Esperança, Flor e Sofia) residem na região metropolitana de Porto Alegre e vêm para a capital em busca de oportunidade de trabalho na agência do SINE. “Eu venho na segunda-feira, quando tem mais oferta de trabalho, ou quando sou chamada para uma entrevista” conta Flor.

Sofia e Sol são casadas e as demais são solteiras. Um aspecto comum entre elas é o fato de que moram com parentes, cônjuges ou companheira. Somente Sofia é mãe e tem dois filhos. A situação de desemprego delas será abordada a seguir.

3.2.1 Situação de desemprego das entrevistadas

Destaca-se que o desemprego para a maioria das entrevistadas é de longa duração. Sol, por exemplo, está há cinco anos sem trabalho assalariado e na sua última atividade com vínculo foi ela quem pediu para sair. Ela relatou que foi assediada moral e sexualmente e não conseguiu permanecer lá, mesmo tendo um bom salário. Desde então, ela se tornou mais seletiva e nas poucas entrevistas para as quais foi chamada não obteve sucesso. Tal depoimento nos remete aos estudos de Pignoni (1992) e Demazière (1996) sobre como desemprego causa aborrecimento, autodesvalorização e conduz ao fechamento do indivíduo em si mesmo, além de imprimir a sua marca nos sujeitos.

[...] você tem tempo, tem formação, tem experiência e vai fazer entrevista e a pessoa te diz: eu estou avaliando você, é uma lista grande de perguntas, mesmo você gabaritando todas as perguntas, eles te dizem que vão pensar, “se fechar com o cliente a gente te retorna a ligação”, isso causa um abatimento na gente, me sinto um tanto incapacitada (Sol).

Esperança, Flor e Sofia têm em comum o fato de que as empresas nas quais elas trabalhavam decretaram falência e, com isso, houve o desemprego. O

acontecimento as pegou de surpresa. Todas estavam há mais de dois anos nesses serviços, antes da demissão. A produção social do desemprego entre as mulheres aplica-se como uma situação, um status social (CATTANI, 1996) decorrente da crise e da transformação econômica e social. “A gente sabe que isso acontece, da empresa fechar as portas, mas nunca espera que isso vai acontecer com a gente, não esperava isso”, disse Sofia.

A tabela a seguir mostra um resumo da situação de desemprego das entrevistadas.

Tabela 5 – Características da situação de desemprego das entrevistadas

	Esperança	Flor	Sofia	Sol
Tempo Desemprego?	Um ano e seis meses.	Dois anos	Quatro meses	Cinco anos
Última ocupação	Telemarketing	Atendente Júnior	Atendente de cafeteria	Operadora de monitoramento
Quanto tempo ficou nesse emprego?	Três anos	Quatro anos	Dois anos	Dois anos e sete meses
Qual foi o motivo da demissão?	Empresa faliu	Empresa faliu	Empresa faliu	Foi assediada.

Fonte: Elaborada pela autora, a partir da pesquisa de campo (2019).

Como podemos verificar, o cenário descrito repercute na situação de desemprego das entrevistadas desta amostra. As mulheres têm mais dificuldade de recolocação no mercado de trabalho e isso as leva ao desemprego de longa duração. Outro fator relevante constatado refere-se à crise econômica, implantada no país, ocasionando falências de empresas – o que eleva o índice do desemprego e reduz as ofertas de emprego. Nesse contexto econômico, são as mulheres as mais prejudicadas, pois a desigualdade de gênero prevalece durante a busca por uma recolocação no mercado de trabalho.

4 EXPERIÊNCIAS DAS ENTREVISTADAS

Neste capítulo, nos debruçaremos sobre as narrativas e vivências de nossas entrevistadas em relação a como percebem sua situação de desemprego.

4.1 Experiência produtiva e subjetiva: relatos

As quatro entrevistadas têm qualificação profissional e experiência produtiva no mercado de trabalho. Todas, além de buscar um serviço assalariado, exercem atividade informal de trabalho e também executam afazeres domésticos. Na amostra, temos uma auxiliar de cozinha, duas cuidadoras e uma artista.

Iniciaremos a análise com o depoimento de Sol. Ela atua como auxiliar de cozinha, atividade econômica informal que não exerce “todo dia, nem toda a semana, mas dá um extra”. Ela contou-me, orgulhosa, que ajudou na confecção do bolo que foi distribuído gratuitamente à população durante o aniversário do Mercado Público de Porto Alegre. Sol desenvolve uma atividade econômica fora do mercado de trabalho estruturado, definido por Castell como *atividade associativa*, pois ela foi inserida nesse mercado através da sua rede de relações sociais.

Para Castells (1999), existe uma tendência à dualização da sociedade: a nova era do mercado de trabalho acarreta, de um lado, o aumento do número de trabalhadores precários, autônomos, terceirizados, desempregados; por outro lado, cresce também a quantidade de profissionais de alta qualificação. Essa perspectiva, juntamente às informações levantadas durante a pesquisa de campo, converge com os dados da literatura sobre o fechamento do ator social.

Sofia está há poucos meses desempregada e, para ajudar na renda familiar, ela cuida de um bebê da vizinha, o que garante também uma renda extra, além da troca de favores entre ela e a mãe da criança: “cuido do bebê para ajudar a vizinha e ela me recompensa com algum valor”, explica. Já Esperança e Flor estão sem trabalho assalariado há cerca de dois anos, aproximadamente, e insistem na busca por uma nova oportunidade. Elas não consideram atividades informais os pequenos serviços que prestam, avaliam mais como ajuda ou entretenimento. Esperança ajuda uma idosa portadora de deficiência que reside próximo a sua casa e, às vezes, recebe algum valor por isso. Já Flor tem como hobby cantar, o que lhe traz alguma renda quando canta em bares nos finais de semana. Contudo, não garante o seu

sustento – “passa o chapéu e eu ganho algum dinheiro, mas não é sempre que faço isso”, declara.

As pessoas tendem a criar outras formas de inserção econômica num mundo em crise, por fora do mercado. Neste caso, a colaboração e reciprocidade são usadas como meio de troca entre as vizinhas diante de um contexto de grave crise do mercado. Isto vai ao encontro da teoria de Castells (2019) sobre as práticas informais de trabalho, que podem ser sem remuneração, ou seja, uma troca de atividade entre os indivíduos envolvidos.

Tabela 6 – Experiência produtiva

	Esperança	Flor	Sofia	Sol
Exerce trabalho informal?	Sim	Sim	Sim	Sim
O que faz?	Cuida de idosa	Canta em bares	Cuida de um bebê	Auxiliar de cozinha
O que faz nas horas vagas?	Envia currículos e vou às entrevistas de emprego.	Canta e envia currículos	Cuida da família e envia currículos	Cuida da casa e procura emprego. Vai à igreja
Participa de associação comunitária?	Não	Não. Somente movimento social. LGBT	Não	Igreja Evangélica
Você fez algum curso profissionalizante?	Sim, técnica de enfermagem	Sim, técnica de administração	Não	Sim, legislação trabalhista, vendas, intervenção em incêndios e informática.
Onde fez o curso	Escola Dimensão em Guaíba	SENAC de Porto Alegre		SENAC de Porto Alegre
Há quanto tempo você fez esse curso?	1 ano e meio	3 anos		8 anos

Fonte: Elaborada pela autora, a partir da pesquisa de campo (2019).

Também podemos constatar que as mulheres na faixa etária de 20 a 30 anos têm mais qualificação profissional, optando por cursos técnicos em diversas áreas.

Durante a pesquisa de campo, observou-se que o SINE não oferece nenhum curso profissionalizante presencial, apenas curso de ensino a distância (EaD) somente para pessoas em situação de rua, por meio de computadores que ficam na sede. Os alunos acessam o conteúdo, contando com auxílio presencial de funcionários da agência de empregos. As opções oferecidas aos candidatos são ministradas por profissionais da Universidade de Brasília (UnB). Durante a inserção de campo não encontrei nenhuma mulher fazendo o curso.

Na entrada do SINE é possível visualizar cartazes divulgando cursos profissionalizantes pagos, como o de técnico de enfermagem. De fato, três entrevistadas fizeram cursos pagos, cujo local em comum de duas entrevistadas foi o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

O desemprego causa aos atores sociais a *inferioridade social*, conceito bem definido por Ledrut nos estudos feitos por ele em 1962 na França. Tal categoria pode ser pertinente para pensar os relatos das interlocutoras gaúchas: elas sentem-se desmotivadas e tristes perante a situação de desemprego. A frustração de estudar e não conseguir colocação na área escolhida é enfatizada em suas narrativas.

Esperança conta como entende o desemprego, o que ela sente em relação a isso:

O desemprego não me causa ansiedade porque eu já tinha, mas ele ajudou a fortalecer ela, fiz acompanhamento com psicólogo por bastante tempo e depois eu parei por questões de custo, também parei de procurar emprego, mas estou retomando, porque se eu desistir de procurar, nunca vou conseguir (Esperança).

Flor comenta:

eu me sinto infeliz por estar desempregada e sem expectativa no momento de conseguir uma nova ocupação profissional. Não tenho depressão, mas não estou feliz com essa situação (Flor).

Sofia, por sua vez, declara: “Eu tive depressão no primeiro mês, eu tenho um grau elevado de ansiedade e ficar sem salário e sem emprego me deixou sem chão”.

Sol entende que o desemprego é desgastante e isso a deixa triste, principalmente quando vai a uma entrevista de emprego e recebe o seguinte argumento do(a) recrutador(a): “Nossa, o teu currículo é muito bom, mas o teu último

salário foi um tanto alto, se eu te contratar e tu conseguir um emprego com o salário mais alto, eu vou te perder”.

Todas as entrevistadas, em algum momento, pensaram em desistir de procurar emprego. Contudo, por estarem inseridas em uma classe social desfavorecida economicamente, precisam continuar a procurar.

Tabela 7 – Experiência subjetiva

	Esperança	Flor	Sofia	Sol
Como você sente intimamente o desemprego?	Sinto-me triste e desmotivada.	Sinto-me incapaz e triste.	Sinto-me deprimida e ansiosa	Sinto-me frustrada com tanta rejeição.
O desemprego causou ou causa em você algum transtorno emocional?	Sim, eu tenho crise de ansiedade. E isso fortalece cada dia mais.	Não. Apenas fico triste com a minha situação	Sim, depressão e crise de ansiedade.	Não. Somente fico desgastada com essa procura.
Precisou de auxílio profissional?	Sim. Fiz terapia. Parei por questões financeiras.	Eu preciso, mas não tenho como fazer.	Não, mas gostaria.	Não.
Você em algum momento da sua vida já desistiu de procurar emprego?	Sim	Sim	Não posso. Vontade eu tenho.	Sim.
Por quê?	Desilusão	Cansaço	Situação econômica	É um processo desgastante

Fonte: Elaborada pela autora, a partir da pesquisa de campo (2019).

Todas as entrevistadas iniciaram a vida profissional na adolescência. Flor foi a que iniciou mais nova, com 14 anos, seguida por Sol e Esperança, com 17 anos, e finalizando com Sofia, que começou a trabalhar aos 18 anos. Essas mulheres ainda estavam no período escolar e já tinham ocupação profissional, como assalariadas. Elas terminaram o ensino médio e algumas seguiram estudando em busca de aperfeiçoamento profissional, a exemplo de Esperança, que cursou técnico de enfermagem, Flor, que fez técnico em administração e Sol, que ingressou em uma

universidade privada. Todas pertencem à classe social baixa, conforme os estratos sociais determinados pelos institutos de pesquisa.

Esperança e Flor trabalharam por bastante tempo com telemarketing, atividade precarizada no mundo do trabalho, conforme Hirata (2001). Sol tinha um emprego com funções de chefia na empresa em que trabalhava; porém, teve que sair devido ao assédio moral e sexual praticado pelo superior imediato, explicitando o contexto de uma sociedade patriarcal e machista que confere à mulher um papel secundário no mercado produtivo (SAFFIOTI, 1976; CHODOROW, 1979; ALMEIDA, 1987; CORRÊA, 1993; SOUZA; BOTELHO, 2001).

As quatro mulheres entrevistadas, além de procurarem inserção no mercado de trabalho, realizam todo o trabalho doméstico, ou ajudam as mulheres com quem vivem. Nenhuma relatou a ajuda de um homem nos afazeres domésticos, apenas relataram que os homens de suas famílias são os provedores econômicos do núcleo familiar. Dessa forma, comprova-se que a sociedade ainda detém muitos traços patriarcais, e o “poder simbólico” persiste, (BOURDIEU, 1999) com a dominação do homem sobre a mulher através do poder econômico, dentre outros aspectos.

Por um lado, todas as mulheres dessa análise estão inseridas no mercado informal do trabalho, uma forma comum de resistência ao desemprego, “as práticas econômicas” retratadas por Castells (2019).

Por outro lado, elas enfrentam um desemprego de longa duração (mais de 12 meses), uma experiência estigmatizante que gera sentimentos de solidão, de aborrecimento e de desvalorização pessoal (PIGNONI, 1992; DEMAZIÈRE, 1995b).

Verifica-se, ainda, que todas objetivam atuar na profissão escolhida. Entretanto, não descartam a possibilidade de trabalhar como assalariadas em outra função na qual possam ter qualidade de vida e renda compatível.

O tempo livre delas é bem diversificado. As mais jovens e solteiras disseram que passam a maior parte do tempo enviando currículos, ajudam em casa e se divertem. As duas mais velhas, casadas, além dos afazeres domésticos e atividades informais buscam nova qualificação profissional. Tanto Sol quanto Sofia querem fazer novos cursos para trocar o ramo de atuação e acreditam que isso vai possibilitar mais chances no mercado de trabalho.

Em relação à atividade social delas, apenas Sol e Flor estão inseridas num grupo. A primeira faz trabalhos sociais na igreja evangélica que frequenta, dá aulas

para as crianças e jovens de evangelização; já a segunda está inserida no movimento LGBT, participando de protestos.

O período econômico neoliberal gera muitos efeitos negativos nas mulheres desempregadas, raiz desse estudo. Através das entrevistas semiestruturadas comprovou-se que elas estão desmotivadas e sensíveis a esse período de crise. Porém, continuam buscando uma nova oportunidade de trabalho e uma melhor condição de vida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluirmos nosso trabalho, retomaremos a ideia básica que dá título ao nosso estudo *Desemprego feminino: A experiência de mulheres à procura de emprego em Porto Alegre*. O objetivo principal da presente pesquisa foi compreender quais os efeitos da situação de desemprego na experiência produtiva e subjetiva das mulheres.

Esperança, Flor, Sofia entraram na situação de desemprego após as empresas em que trabalhavam decretarem falência, o que explicita o contexto de crise da economia neoliberal.

O trabalho como telemarketing é muito comum entre as mulheres devido à carga horária de 6 horas. Nele, a mulher consegue ajustar o trabalho público com o privado. Nesse ínterim de processo produtivo e tempo, as mulheres são as mais atingidas pelo trabalho precário e com salários menores, respaldando a análise acima.

Verificamos, ainda, que a contribuição da força feminina de trabalho está muito associada a serviços de cuidados. O cuidado está presente na vida feminina, tanto no trabalho privado como no público. A principal área está ligada a saúde – o cuidado com os outros – como se pode entrever na biografia das duas entrevistadas, Esperança e Sol, ambas relacionadas à enfermagem.

Também se nota que as mulheres em busca de nova oportunidade de trabalho são, em sua maioria, jovens adultas e têm apenas o ensino médio. Os cursos profissionalizantes que fizeram ou pretendem fazer são de nível técnico, com exceção de uma entrevistada que tem o ensino superior incompleto.

Podemos concluir nessa amostra de trabalhadoras, que é na família (marido, pais) que elas têm alicerce financeiro durante o desemprego. O homem, de uma forma geral, ainda responde pelo sustento do lar, e a mulher, mesmo fazendo todo o trabalho doméstico, considera-se sem trabalho, porque já está naturalizado na sociedade patriarcal que o trabalho doméstico feito pelas mulheres é reprodutivo e não produtivo economicamente - ou seja, serve apenas para a reposição do capital humano à sociedade capitalista.

Nessa pesquisa também constatamos que nenhuma dessas mulheres estava associada a sindicatos, associações de bairros ou movimentos sociais. Em comum, todas reconheceram que o trabalho público é o único vínculo social fora da família.

Todavia, um fato interessante levantado nas entrevistas é que nenhuma delas se reconhece como desempregada. Elas utilizam o tempo livre em afazeres sem vínculo como babá, auxiliar de cozinha e artista musical, os conhecidos “bicos” da informalidade. Isto ressalta nelas o sentimento de não serem desempregadas, mas sim *desocupadas do sistema formal de trabalho*.

O termo *desempregado* gera no ator social o sentimento de frustração, visto que o trabalho é “um vetor essencial de construção identitária e de socialização e o meio de obter meios materiais imateriais necessários à vida em sociedade” (CATTANI, 1996). Há diferenças nos grupos vulneráveis:

O desemprego repercute também, de maneira diferenciada, sobre grupos mais vulneráveis. As mulheres, os imigrantes, as minorias étnicas, os trabalhadores sem formação ou os trabalhadores qualificados de setores em mutação são os mais atingidos com o desemprego de longa duração (CATTANI, 1996).

Nesses grupos mais atingidos pelo desemprego, o nosso recorte refere-se às trabalhadoras mulheres sem emprego. E nas suas narrativas é perceptível o sentimento de frustração e angústia que perpassam suas identidades por estarem sem renda fixa e sem benefícios sociais. O trabalho agrega *status* social ao indivíduo nas suas relações assalariadas, proporcionando integração social.

O desemprego é um problema social atravessado por múltiplos fatores, conjunturas e questões. Nesse sentido, uma análise sociológica da problemática trabalhista ressalta a necessidade de uma política pública que contribua para a inserção das mulheres no mercado produtivo. Uma possibilidade é a de incentivos fiscais às empresas, de modo a abrir mais oportunidades de trabalho às mulheres, principalmente àquelas com ensino médio e em idade reprodutiva. Outro ponto que nos chamou atenção no presente estudo foi a falência de empresas na região de Porto Alegre, o que desperta questionamentos para pesquisas posteriores. Investigar o porquê, o como e os impactos de uma bancarrota nas pessoas e esferas envolvidas é de grande importância para ampliar perspectivas de análise e alternativas econômicas a essa problemática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T. **Minima Moralia**. Lisboa: Edições 70, 1971.

ALMEIDA, A. M. de. Notas sobre a família no Brasil. In: ALMEIDA, A. M. de (Ed.); **Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

ALVES, J. E. D.; CORRÊA, S. Igualdade e desigualdade de Gênero no Brasil: um panorama preliminar, 15 anos depois do Cairo. **Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, pp. 121-223, 2009. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/livros/article/view/113/111>. Acesso em: 30 dez. 2019.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. São Paulo: Círculo do Livro, 1949.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. São Paulo: Difel, 1989.

BRUSCHINI, M. C.; SORJ, B. (Org.). **Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

CARDOSO, A. M. **Trabalhar, verbo transitivo: destinos profissionais dos deserdados da indústria automobilística**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, M.; HLEBIK, S. Práticas econômicas alternativas em Barcelona: sobrevivendo à crise, reinventando a vida. In: CASTELLS, M. (Org.) **Outra economia é possível**. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

CASTRO, N. A.; DEDECCA, C. S. Flexibilidade e Precarização: Tempos mais duros. In: CASTRO, N. A.; DEDECCA, C. S (Org.) **A ocupação na América Latina: tempos mais duros**. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998.

CATTANI, A. D. **Trabalho & Autonomia**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1996.

CHODOROW, N. Estrutura familiar e personalidade feminina. In: ROSALDO, M.; LAMPHERE, L. (Org.). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CORRÊA, M. Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil. In: CORRÊA, M. (Ed.). **Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, p. 206.1993.

COTANDA, F. C. Trabalho, sociedade e sociologia. In: COTANDA, F.C; HORN, C. H. (Org.); **Relações de trabalho no mundo contemporâneo**: ensaios multidisciplinares. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p.41-57.

CROCHÍK, J. L. Os desafios atuais do estudo da subjetividade na psicologia. **Psicologia USP**, vol.9, n.2 São Paulo, 1998.

DEMAZIÈRE, Didier. Ser empregado para os sociólogos. **Política & Sociedade**, n. 13, São Paulo, 1996.

_____. La sociologie du chômage, Paris: La Découverte, 1995a.

_____. Le chômage de longue durée. Paris: Universitaires de France. 1995b.

DUPAS, G. Economia global e exclusão social. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, Ano 5. n. 9, pp.196-201, 1999.

ENGELS, F. **A origem da família da propriedade privada e do estado**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1977.

FEE. **Boletim de Trabalho do RS**. Departamento de Economia e Estatística, out, 2019.

FURTADO, O. Trabalho e subjetividade: o movimento da consciência do trabalhador desempregado. In: DOWBOR, L. et.al. (Orgs.). **Desafios do trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. pp. 25-37.

GOLDANI, A. M. Reinventar políticas para famílias reinventadas: entre la realidad brasileña y la utopía. In: ARRIAGADA, I. (Ed.). **Famílias y políticas públicas em América Latina**: uma historia de desencuentros. Santiago de Chile: ECLAC, United Nations, 2007, pp. 223-257.

GUIMARÃES, Nadya A.; HIRATA, Helena. **Desemprego**: Trajetórias, identidades, mobilizações. São Paulo: Editora SENAC, 2006.

GUIMARÃES, Nadya. A sociologia dos mercados de trabalho, ontem e hoje. **Novos estudos**, São Paulo, n. 85, 2009.

GUIMARÃES, Nadya. Laboriosas, mas redundantes: gênero e mobilidade no trabalho no Brasil dos 90. **Estudos Feministas**. Ano 9. n 82, Florianópolis, 2001.

HIRATA, H. *Nova Divisão sexual do Trabalho?*. **Cadernos Pagu**, n. 18, São Paulo, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desemprego**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=desemprego>. Acesso em: 30 nov. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de Gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 38, Brasília, 2018. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf. Acesso em: 11 jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Trabalho**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho.html>. Acesso em: 11 jun. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA. **Boletim Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise**, nº 67. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&view=alphacontent&Itemid=362. Acesso em: 23 set. 2019.

LAGO, M. C. Feminismo, psicanálise, gênero: viagens e traduções. **Revista Estudos Feministas**, vol.18, n.1. Florianópolis, Jan. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2010000100012. Acesso em: 20 de agosto 2019.

LEDRUT, R. Les chômeurs: faiblesse sociale et sentiment de faiblesse. **Revue française de sociologie**, 1961, 2-3. pp. 152-165. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/rfsoc_0035-2969_1961_num_2_3_5939. Acesso em: 30 dez. 2019.

MARIN, A. L.; GARCIA RUIZ, P. **Sociologia das las organizaciones**. Madrid: McGraw-Hill, 2002.

MONTALI, L. Rearranjos familiares de inserção, precarização do trabalho e empobrecimento. In: **XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambú, MG- Brasil: ABEP- Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2004, pp.1-20,

MOREIRA, M.C.N. Imagens no espelho de Vênus: mulher, enfermagem e modernidade. **Revista Latino Americano Enfermagem**, v. 7, n. 1, p. 55-65, 1999.

MORGAN, L. **A sociedade primitiva**. Lisboa: Presença, 1976.

PAUGAM, S. Introduction: la constitution d'un paradigme. In: PAUGAM, S. (Ed.). **L'exclusion: l'état des saviors**. Paris: La découverte, 1996.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PIGNONI, M. Conditions de vie et perception subjective d'une expérience prolongée de chômage. In: BOUILLAGUET, P. ; GUITTON, C. (Ed.) **Le chômage de longue durée**. Comprendre, agir, évaluer. Paris: Syros/Alternatives, 1992.

SAFFIOTI, H. **A mulher na Sociedade de Classes**. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.

SAFFIOTI, H. **Trabalho Feminino e Capitalismo**. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1976

SANTOS, T. S. **Carreira profissional e gênero**: trajetórias de homens e mulheres na medicina. Editora da UFRGS, Porto Alegre, 2010.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.1, n.1, p.71-97, 1995.

SOARES, C. A distribuição do tempo dedicado ao trabalho doméstico entre homens e mulheres no âmbito da família. **Revista Gênero**, v.9, nº 1, pp.9-29, 2008.

SORJ, B.; FONTES, A.; MACHADO, D. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. **Cadernos de pesquisa**, v.37, nº 132, pp.573-594, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0437132.pdf>. Acesso em: 21 out. 2019.

SOUZA, C. V. E; BOTELHO, T. R. Modelos nacionais e regionais de família no pensamento social brasileiro. **Estudos Feministas**, v.2, pp.414-432, 2001.